

Pensando a cultura

Rosa Freire d’Aguilar Furtado

Em quatro momentos de sua trajetória intelectual Celso Furtado refletiu profundamente sobre cultura. O primeiro teve início em fins dos anos 1970, quando Celso se concentrou em leituras de filosofia, psicanálise, história, mitologia, ciências, artes e cultura. Foi quando escreveu os ensaios que, em 1978, reuniu no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*.¹ É verdade que, como ressaltou certa vez Octavio Rodríguez, o grande especialista do estruturalismo latino-americano e o maior estudioso da dimensão cultural da obra de Celso, já em livros anteriores ele dera ênfase ao conceito de cultura e à sua importância para a teorização sobre o desenvolvimento. Um desses livros foi *O mito do desenvolvimento econômico*,² escrito em 1973, quando pela primeira vez se teve uma ideia aproximada das consequências, no plano ecológico, da planetarização do sistema econômico vigente nos países capitalistas. Dois anos depois, Celso escreveu *Prefácio a Nova Economia Política*,³ livro em que consolidou algumas pistas que já lhe pareciam claras, a saber, que o instrumental da economia era insuficiente para entender os problemas do Brasil e do mundo; e que o uso generalizado, e até abusivo, da matemática, e dos grandes modelos econométricos, deixara de lado outras variáveis importantes no entendimento dos problemas sociais, como se as ciências sociais fossem meras ciências naturais.

1. Celso Furtado, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008 (1ª ed. 1978).

2. Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico*, São Paulo, Paz e Terra, 1974 (ed. de bolso 1998).

3. Celso Furtado, *Prefácio a Nova Economia Política*, São Paulo, Paz e Terra, 1976.

Portanto, em fins dos anos 1970 já havia em seus trabalhos uma nítida inflexão que o levava para interesses muito além da economia.⁴ Em sua vida acadêmica, ele permanecia como professor da faculdade de economia da Universidade de Paris I, onde lecionava desenvolvimento econômico e desenvolvimento da América Latina. Mas nesse momento estreitava a colaboração com a Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, cujo conselho acadêmico, aliás, apresentaria por duas vezes seu nome para o posto de reitor. A UNU, uma experiência inovadora que nasceu basicamente como uma universidade de pesquisadores, organizava então seminários interdisciplinares que reuniam periodicamente em diversos países equipes de altíssimo nível das mais diversas áreas do conhecimento, funcionando assim como uma espécie de *think tank* do pensamento mundial. Foi nesses seminários que Celso apresentou alguns ensaios que comporiam *Criatividade e dependência*.

É esse um livro que revela como ele estava buscando alargar seu horizonte e abarcar disciplinas múltiplas para o entendimento dos problemas que sempre lhe foram caros. Os próprios títulos de certos ensaios de *Criatividade*, indo “da ideologia do progresso à do desenvolvimento”, ou da lógica da “acumulação” à da “criatividade”, mostram a abrangência da transdisciplinaridade então trilhada pelo autor. Numa carta ao amigo Albert Hirschman, ele comentava que o livro era um desses textos que “escrevemos quando estamos de volta de muitas ilusões e queremos ensaiar uma súpula das próprias ideias, que, penso, podem interessar aos estudantes de ciências sociais com preocupações interdisciplinares”.⁵ Era mais ou menos o mesmo tom que marcava, em sua correspondência pessoal, as cartas em que encaminharia as traduções de *Criatividade* em inglês, alemão, espanhol e francês. Escreveu Celso ao editor inglês: “Este não é um livro dirigido aos economistas, mas às pessoas interessadas em

4. Uma pesquisa simples na Biblioteca Celso Furtado, na sede do Centro Celso Furtado, permite mapear, pelas datas de compra e leitura anotadas por Celso na página de rosto, os livros que ele lia nesses anos.

5. Carta a Albert Hirschman, c. fevereiro de 1979.

ciências sociais em geral, filosofia e história.”⁶ Ao editor mexicano ele esclareceu: “Trata-se de um esforço de síntese e de aprofundamento das linhas principais de meu pensamento. Também se trata de um esforço para levar a um público mais amplo a discussão dessa temática.”⁷ Enfim, a um terceiro editor resumiu o escopo do livro: “Nele pretendo integrar num só corpo de pensamento os temas básicos relacionados ao desenvolvimento, dependência e globalização nos quais vim trabalhando nas últimas duas décadas.”⁸

Dos cerca de seus trinta livros, *Criatividade* é o menos “econômico”, o mais “cultural”. É uma obra de maturidade, trabalho de síntese mas também questionamento de quem, então com 57 anos, precisava de uma pausa para repensar hipóteses, aprofundar intuições. Todas, vemos hoje, passavam pelo vasto campo da dimensão cultural do desenvolvimento – ponto de partida para chegar à cultura como sistema de valores e, em etapa posterior, como manifestação maior de uma sociedade. O tema mais fascinante de *Criatividade* é a visão histórica e filosófica que Celso apresenta do elo entre cultura e desenvolvimento. Estudar o desenvolvimento a partir de sua dimensão cultural, como ele o fez, era um enfoque inovador, e hoje é visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem – corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade.

Celso dominou como poucos a lógica e as ferramentas econômicas, mas soube ir muito além. Com seus primeiros livros, entre eles o clássico *Formação econômica do Brasil*, levou a história para a economia. Pouco a pouco, nesta englobou os valores maiores da vida, do cotidiano, das necessidades espirituais e intelectuais, ensaiando as-

6. Carta a Stephen Barr, Cambridge University Press, 11.12.1980.

7. Carta a Arnaldo Orfila, 28.11.1978.

8. Carta a André Deutsch, 30.1.1979.

sim um entendimento plural do subdesenvolvimento para buscar sua superação. Alargou seu enfoque, e ao mesmo tempo foi diminuindo a prevalência da economia em favor da cultura. O artigo “Que somos?”, aqui publicado, que também ficou conhecido como “Sete teses sobre a cultura brasileira”, é de certa forma o fecho desse primeiro momento de reflexão acerca da cultura. Trata-se de uma longa conferência que ele proferiu em 1984, no I Encontro Nacional de Política Cultural, promovido em Belo Horizonte por José Aparecido de Oliveira, então secretário da Cultura de Minas Gerais, durante o governo de Tancredo Neves, que reuniu outros secretários da Cultura estaduais, como Darcy Ribeiro, do Rio de Janeiro, Fernando Ghignone, do Paraná, e Jorge Cunha Lima, de São Paulo.

Esse texto seminal foi também o início da segunda fase em que Celso muito refletiu sobre a cultura brasileira: os anos 1986 a 1988, quando estive à frente do Ministério da Cultura. Celso chegou ao MinC, em início de março de 1986, num momento em que o Brasil encetava seu reencontro com a democracia. Depois de muitos anos em Paris, vivíamos em Bruxelas, onde Celso chefiava a missão diplomática brasileira junto à Comunidade Econômica Europeia. Quando chegamos, o Brasil agitava-se na euforia do Plano Cruzado. Dali a alguns meses o plano faria água mas, em contrapartida, seria instalada a Assembleia Nacional Constituinte, que daria o indispensável estofamento democrático ao país, com a elaboração de uma nova Constituição. Por todo lado sentia-se a intensa sede de liberdade, como se, disse Celso em algum texto, o país saísse de um túnel ansioso por respirar a plenos pulmões. Já um ano antes, quando estávamos de partida para Bruxelas, e a Cultura andava à procura de um ministro – depois da ida do primeiro titular, José Aparecido, para o governo do Distrito Federal –, tinha-se cogitado no nome de Celso para a pasta. Nessa ocasião, um contingente expressivo de intelectuais e artistas encaminhara um abaixo-assinado ao presidente Sarney dizendo que

face à importância do recém-criado Ministério da Cultura no quadro da realidade brasileira e da imensa tarefa de implemen-

tá-lo, os abaixo assinados consideram que, após a indicação de Fernanda Montenegro, só um grande nome da cultura brasileira, de prestígio nacional e internacional, poderá ocupá-lo. Na certeza de estarem colaborando com o governo da Nova República, levam à consideração de Vossa Excelência o nome do eminente professor Celso Furtado para o cargo de ministro da referida pasta.⁹

Seguiam-se 176 assinaturas, encabeçadas por Oscar Niemeyer, Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza, Antonio Houaiss, Barbosa Lima Sobrinho, Helio Silva, Fernanda Montenegro, Ferreira Gullar, Chico Buarque e Tom Jobim. Havia também entre os abaixo-assinados nomes ligados ao cinema (Leon Hirszman, Rui Guerra, Zelito Viana, Joaquim Pedro de Andrade, Tizuka Yamasaki, Gustavo Dahl), ao teatro (Gianfrancesco Guarnieri, Ruth de Souza, Beth Mendes, José Wilker, Doc Comparato, Flavio Rangel, Gloria Menezes, Rosa Maria Murtinho, Paulo Gracindo, Walmor Chagas, Dina Sfat, Jô Soares), à música (João Bosco, Emilinha Borba, Djavan, Edu Lobo, Paulinho da Viola, Aldir Blanc, Mauricio Tapajós, Dory Caimmy), às artes plásticas (Bruno Giorgi), à literatura (Marina Colasanti, Moacir Felix). E economistas.

Cultura e Estado são entidades que costumam ter relações conflituosas, não só no Brasil. Naqueles primórdios do MinC, não eram poucos os que acusavam o Estado ora de intervencionismo, ora de absentéismo; ora de se envolver demais, ora de se eximir. Difícil equilíbrio. Quando Celso assumiu, o MinC ainda parecia um amontoado de repartições públicas criadas em épocas distintas, herdadas de outros ministérios, com pouca organicidade. Além disso, sofria por ter tido, em apenas nove meses de existência, dois ministros com mandatos mais ou menos efêmeros, José Aparecido de Oliveira e Aluísio Pimenta. No dia em que cheguei a Brasília, ainda meio aturdida pelas catorze horas de voo desde Bruxelas e com a excitação de nos reinstalarmos no país depois de tantos anos, a primeira notícia

9. Celso Furtado, arquivo pessoal.

que me deu um alto funcionário do Ministério, ainda no aeroporto, foi a de que faltava menos de um mês para expirar o prazo dado pelo presidente Sarney para que o Ministério da Cultura fosse finalmente estruturado – nas entrelinhas, senti como que um recado: Celso não tem tempo a perder com a instalação doméstica, a tarefa é árdua. Ele a cumpriu no prazo estipulado, graças à grande experiência que tinha da administração pública, mas em especial graças à equipe tão pequena quanto competente com que contou de início. Em menos de um mês o MinC estava estruturado,¹⁰ tinha organograma, ganhava rumo e prumo. E num momento da vida nacional, é bom que se diga, em que sua própria existência era tremendamente questionada. Relendo, para este *Arquivos Celso Furtado*, as pastas de recortes de imprensa que guardamos daquela época, surpreende que tanta gente ligada à cultura, e por tabela os jornalistas que cobriam o setor, ainda questionasse a necessidade de um ministério votado aos assuntos da cultura. Repórteres repetiam a pergunta ao ministro: “Num país que passa fome é necessário um Ministério da Cultura?” Editorialistas de grandes jornais sugeriam que à primeira oportunidade se suprimisse o MinC. A miopia não deixava enxergar que justamente naquele momento de redescoberta das pluralidades culturais tantas vezes abafadas, de reconquista das liberdades ceifadas, um Ministério da Cultura era primordial, tanto mais por se propor não a produzir cultura, mas a mediar e democratizar seu acesso. Sim, e também havia aqueles que, mais tarde, se valeram de suas benesses mas nos idos de 1986-88 torciam o nariz para o Ministério. Caso de um grande editor carioca, que criticava acerbamente o MinC mas não hesitava em pedir verbas oficiais para coedições e, mais surpreendente, solicitar ao Palácio do Planalto assento num órgão colegiado do Ministério. Caso de um escritor que, quem sabe em tom de galhofa, recomendava que os seus funcionários melhor estariam no da Agricultura, “plantando batatas”, mas anos depois estaria bem aboletado na direção de um dos órgãos do MinC. Caso de outros

10. Decreto n. 92.489, de 24.3.1986.

que decretavam sua inutilidade até descobrirem que seus auxílios eram bem-vindos.

Tinha Celso consciência da dificuldade que é lidar com artistas e aspirantes, com agentes mais ou menos culturais em sua relação com o Estado. “A nossa é uma difícil área de ação pois tudo que façamos sempre será insuficiente e objeto de crítica. Mas nenhuma cultura se renova senão pelo debate e pela crítica”, dizia ele.¹¹ Numa reunião com o conselho deliberativo da Funarte, lembrou que “tudo o que o Estado faz no campo da cultura é criticado e criticável porque, por melhores que sejam suas intenções, o que faz é sempre insuficiente, não somente pela limitação clássica de recursos mas também pelo fato de ser impossível atender a todos que merecem ser atendidos”.¹²

Ministério contestado por parte de quem supostamente deveria lhe ser favorável, orçamento ínfimo – mal chegava a 0,4% do orçamento federal –, sociedade brasileira ainda regida pela Constituição da ditadura, repasse muito menor que hoje para estados e municípios, portanto menos verba para a cultura. O contexto era adverso, mas não foram poucas as realizações que brotaram daquele subsolo de um prédio comercial na Asa Norte, onde estava instalado o gabinete.

A mais inovadora foi a elaboração e implementação da primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura. Com sua larga experiência dos meandros dos subsídios fiscais, desde os anos 1950-60 em que dirigira a Sudene, Celso transformou um projeto de lei do então senador Sarney, reapresentado em diversas legislaturas durante o regime militar e circunscrito a uma espécie de mecenato, numa legislação avançada e descentralizadora. A lei apelava para a parceria com o empresariado no financiamento de projetos culturais, e em troca o governo abria mão de parcelas do imposto de renda devido. Isso que hoje é moeda corrente há 25 anos era uma novidade. Mas a lei ia mais longe, apelando também para o contribuinte individual, pois as pessoas físicas podiam dedicar à cultura

11. Celso Furtado, arquivo pessoal.

12. Idem.

parte de seu imposto de renda. E também podiam escolher o projeto em que aplicar, consultando uma espécie de carteira posta à sua disposição pelo recém-criado Instituto de Promoção Cultural. Ou seja, a ideia era que a sociedade civil assumisse as propostas culturais da própria comunidade, arcando com o financiamento dos recursos. Sem a menor dúvida, desse ponto de vista a Lei Sarney era muito mais moderna do que as legislações posteriores, em que basicamente as empresas privadas se substituem ao Estado no financiamento da cultura.

A lei teve ampla aceitação. Alguém gracejou dizendo que foi como se “a princesa Isabel estivesse numa das janelas do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, alforriando os escravos”.¹³ Seu caráter inovador, que transferia para a sociedade a função de “passar o pires” pelos atores da comunidade, assustou, porém, quem preferia permanecer acomodado na visão então prevalecente de que tudo – as verbas principalmente – devia vir do Estado. A lei abria espaço para a inventividade de todos, não só para os investidores que disputavam de departamentos de marketing. Foi feito um longo trabalho pedagógico dos órgãos e funcionários do Ministério, e do próprio Celso, por todo o Brasil para explicar a legislação em seminários e palestras, para incentivar as comunidades locais. Afinal, o espírito da lei era, justamente, “devolver à sociedade a iniciativa cultural, sair do paternalismo que prevaleceu no Brasil no passado”.¹⁴ Os anos deram razão ao empenho dos que se mobilizaram pela primeira legislação de incentivos fiscais para a cultura, cuja semente foi (bem) plantada em 1986.

Quando conheceu os detalhes dessa legislação pioneira, durante um encontro que tivemos com ele e sua mulher, Monique, em seu apartamento em Paris, Jack Lang, que acabava de deixar o Ministério da Cultura da França, em que por seis anos fizera uma das mais brilhantes gestões culturais do país, nos disse que era essa a lei de seus

13. Wilson Coutinho, *Folha de S. Paulo*, 15.7.1986.

14. Celso Furtado, *Folha de S. Paulo*, 4.6.1986.

sonhos, a que gostaria de ter conseguido aprovar pelo Parlamento francês. Na mesma época, o sociólogo Alain Touraine recomendava que a França se mirasse na lei brasileira para estimular a criação:

É do Brasil que nos vem hoje o exemplo mais encorajador. A lei que Celso Furtado, ministro brasileiro da Cultura e intelectual de fama internacional, acaba de fazer o Congresso adotar permite a particulares, pelas deduções fiscais, contribuir diretamente para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas. A lei brasileira dá também um passo decisivo para a transformação que hoje se impõe: permitir um financiamento privado, mas controlado pelo Estado, de atividades de formação. Texto que merece ser citado por sua admirável abertura de espírito.¹⁵

Como em todos os países que dispunham de legislações de incentivos fiscais, a Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, ensejou uma nova atividade econômica no país: a indústria cultural. Prevendo incentivos na forma de investimentos, patrocínios e doações, possibilitou a execução de 5 mil projetos nos dois primeiros anos de vigência, e em menos de um ano o dinheiro investido em cultura no Brasil dobrava, graças à lei, o orçamento do MinC.

Obviamente, houve desvirtuamentos, assim como há quem sonegue o imposto de renda e quem burle a previdência social – e nem por isso se pensa em acabar com a Receita Federal ou com o INSS. Mas era outro o entendimento do presidente Collor, que ao chegar ao Planalto, em 1990, numa penada destruiu tudo o que era sólido em matéria de instituições culturais do país. De roldão, demitiu centenas de quadros competentes que levaram anos para ser formados, jogou nas brumas da perplexidade instituições respeitáveis, e acabou varrido do poder por uma aliança entre um punhado de jovens e boa parte da direita que nele votara.

Os textos que aqui reuni sobre o Ministério da Cultura visam a dar uma ideia das reflexões que Celso fez nessa época sobre as mais variadas questões culturais brasileiras. Sejam elas sobre patrimônio,

15. *Le Monde*, 26.8.1986.

democratização da cultura, políticas, intercâmbio internacional ou acesso à cultura num país com as dimensões e desigualdades sociais do nosso, nota-se que seu pensamento está em permanente renovação e demonstra a mesma paixão por seu objeto de estudo, chame-se ele desenvolvimento, economia ou cultura.

Celso não tinha *ghost writer*, ele mesmo escrevia os discursos e conferências, os prefácios e apresentações destinados a catálogos de exposições patrocinadas pelo Ministério. Nos quase três anos em que moramos em Brasília, muitas noites, depois do jantar, ele escrevia à mão, num bloco de papel rascunho do Serviço Público Federal, o texto que em seguida revia, fazendo pouquíssimas correções, antes de me passá-lo para que eu o digitasse – eu mal me iniciava no meu primeiro computador, um então moderníssimo Apple II C trazido de Bruxelas –, ou de levá-lo para as secretárias do gabinete baterem numa máquina elétrica de tipo margarida.

O terceiro momento em que Celso se consagrou à temática da cultura foi de 1992 a 1995, quando integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Iniciativa conjunta da Unesco e da ONU, e dirigida pelo peruano Javier Pérez de Cuellar, que fora secretário-geral das Nações Unidas, essa comissão independente foi criada numa época de transição histórica, três anos depois da queda do Muro de Berlim, em que muitos países reexaminavam as teorias e práticas do desenvolvimento, em especial aqueles que conheceram, nos anos 1980, a chamada “década perdida para o desenvolvimento”. Se de um lado dissolviam-se barreiras e ideologias, de outro se alargava o fosso entre os países mais ricos e os mais pobres, e o fenômeno da exclusão se generalizava.

A comissão teve um mandato de três anos. Entre seus catorze membros, que falavam em nome próprio, sem vínculo com os governos de seus países, figuravam o cineasta russo Nikita Mikhalkov, que nesses anos ganharia o Oscar de melhor filme estrangeiro com *O sol enganador*, o economista paquistanês Mahbub Ul Haq, que então dirigia o PNUD e fora um dos criadores, ao lado de Amartya Sen, do Índice de Desenvolvimento Humano, o linguista sami norueguês

Ole Henrik Magga e o escritor e Prêmio Nobel Elie Wiesel. Celso era o único brasileiro.

Depois de uma série de consultas regionais nos vários continentes, com audições públicas com cientistas sociais, artistas, lideranças culturais, professores de desenvolvimento, ativistas não governamentais e agentes culturais, a CMCD publicou um alentado relatório chamado *Our Creative Diversity*.¹⁶ Todo trabalho de comissão é uma obra coletiva, portanto é difícil singularizar o que nela foi escrito por um ou outro de seus membros. No entanto, aqui publico dois textos de Celso encaminhados à comissão e discutidos por seus membros. Nos três anos que durou a CMCD Celso retomou a reflexão sobre a temática cultural, mas relacionando-a novamente com a temática do desenvolvimento, como mostram as pistas de trabalho por ele sugeridas e aceitas no relatório final:

1) as tensões entre as tendências históricas da globalização e a fragmentação das subjetividades culturais ou políticas; 2) a agravção das desigualdades econômicas e como enfrentá-la de modo a aumentar o acesso dos menos privilegiados ao conhecimento, à informação e à cultura; 3) o custo ecológico do processo de investimento e da inovação tecnológica, e seus efeitos no plano internacional [...].¹⁷

Essas questões fizeram a CMCD considerar que a cultura devia ser vista como “meio maior e fim último do desenvolvimento, tendo um papel-chave no desenvolvimento da vida do espírito; a cultura vista não como simples dimensão da vida humana mas como um fator essencial do desenvolvimento, da economia, da preservação do meio natural”.¹⁸

Ao final dos trabalhos, Celso escreveu a Federico Mayor, então diretor-geral da Unesco, agradecendo-lhe por sua nomeação e dizendo que

16. *Our Creative Diversity*, report of the World Commission on Culture and Development, France, 1995.

17. Celso Furtado, arquivo pessoal.

18. Idem.

o mandato que recebemos me parecia muito ambicioso, e mesmo irrealista. A problemática do desenvolvimento já é vasta demais e sem limites claramente definidos, tendo já sido objeto de inúmeros estudos que, todos, ficaram mais ou menos inconclusos. Ora, a cultura não é uma “dimensão” da realidade social, mas essa realidade toda inteira. Se a Comissão conseguiu uma síntese, é porque privilegiou o sistema de valores que confere unidade à ação humana.¹⁹

O quarto momento, enfim, em que Celso se debruçou sobre aspectos da cultura brasileira foi ao entrar para a Academia Brasileira de Letras. Eleito em 1997, para a cadeira número 11, que fora ocupada por seu grande amigo Darcy Ribeiro, Celso frequentou com bastante regularidade as sessões das quintas-feiras na ABL. Para esses encontros, como é de praxe, vez por outra era convocado pela diretoria a preparar um texto sobre um acadêmico já falecido, em torno de quem se comemorava uma efeméride. Via de regra, coube-lhe falar de acadêmicos mais afins com as ciências sociais. Ainda que curtos, esses textos eram para Celso ocasião de muitas horas de leitura ou releitura de obras do imortal a ser lembrado. Ele também proferiu na ABL algumas conferências mais longas, para os ciclos que a Academia organiza periodicamente sobre seus membros. Aqui incluo duas dessas conferências, já publicadas no livro *O longo amanhecer*,²⁰ mas que considero que formam um conjunto com as outras páginas acadêmicas ora coligidas.

A originalidade delas está em que Celso, conquanto tendo sido um grande leitor de literatura, foge, nesses textos, da abordagem convencional do homem de letras. Justamente é o fato de se valer mais dos recursos do cientista social que dos recursos propriamente do literato que dá todo o sabor às suas reflexões sobre grandes nomes da cultura brasileira.

19. Carta a Federico Mayor, 2.11.1995.

20. Celso Furtado, *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.